Institui a obrigatoriedade da atualização do quantitativo de feitos com vista aberta ao MP, há mais de trinta dias, pendentes de pronunciamento, declarados nos relatórios estatísticos remetidos à Corregedoria-Geral.

A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que são deveres funcionais do membro do Ministério Público o cumprimento dos prazos processuais e a remessa à Corregedoria-Geral de relatórios eletrônicos mensais de suas atividades, para os fins do art. 24, IV e V, da Lei Complementar Estadual nº 106, de 03 de janeiro de 2003;

CONSIDERANDO que os requerimentos de remoção, promoção ou afastamento dos órgãos de lotação devem ser acompanhados de relação de todos os processos com vista aberta há mais de trinta dias, pendentes de pronunciamento, ou informação da inexistência de processo em tal situação, conforme Deliberação Conselho Superior do Ministério Público nº 31, de 13 de julho de 1995;

CONSIDERANDO a necessidade de o órgão correcional dispor de informações atualizadas para o desempenho de suas funções;

EDITA o presente ato normativo:

Art. 1º - Os Promotores de Justiça devem atualizar no sistema de estatísticas da Corregedoria-Geral, mês a mês, os relatórios eletrônicos de atividades funcionais enviados com declaração de feitos pendentes de pronunciamento do membro do Ministério Público há mais de trinta dias, até que se verifique a regularização desses feitos.

Art. 2º - Os relatórios remetidos com declaração de feitos pendentes de pronunciamento do membro do Ministério Público há mais de trinta dias permanecerão disponíveis no referido sistema, destacados dos demais relatórios, para a finalidade prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2010.

MARIA CRISTINA MENEZES DE AZEVEDO
Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro